

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC (FN) SERGIO SOUZA SÁ

AS FORÇAS ARMADAS DA COLÔMBIA NA GUERRA CONTRA O TERRORISMO

Rio de Janeiro

2015

CC (FN) SERGIO SOUZA SÁ

AS FORÇAS ARMADAS DA COLÔMBIA NA GUERRA CONTRA O TERRORISMO

Monografia apresentada à Escola de Guerra Naval
como requisito parcial para a conclusão do Curso
de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CF (RM1) Ohara Barbosa Nagashima

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2015

AGRADECIMENTOS

Inicialmente agradeço a Deus pela minha vida, a minha família e a nossa saúde para que possamos seguir firmes em nossa jornada.

A minha esposa Beatriz pelos 25 anos compartilhados, pelo carinho, dedicação e paciência em entender as ausências não apenas ao longo deste ano acadêmico, mas sim desde 1994, quando ingressei na Escola Naval.

Ao meu amado filho João Pedro, que embora não compreenda o motivo pelo qual o papai, naqueles momentos de trabalho e estudo, não podia parar para brincar, seu sorriso e sua voz me iluminam de maneira especial e me fazem crer, um dia após o outro, que cada gota de suor, cada noite mal dormida, valerá à pena, sempre.

Ao meu orientador, CF (RM1) Ohara Barbosa Nagashima, pela paciência, profissionalismo, ensinamentos e orientações que nortearam a confecção deste trabalho, sempre de maneira disposta e precisa.

Aos amigos de turma, CC (FN) Antônio Marcos Gomes Ferreira, CC (FN) Alexandre Arthur Cavalcanti Simioni, CC (FN) Leandro Eduardo dos Santos e CC Sandro Baptista Monteiro, os meus sinceros agradecimentos que, apesar da distância e das suas responsabilidades diárias, demonstraram apoio irrestrito para que eu pudesse concluir este trabalho.

E a todos que direta ou indiretamente contribuíram na confecção desta monografia.

RESUMO

O terrorismo não é um fenômeno atual. A prática do terror se faz presente, como uma forma de expressão da violência em seu sentido mais cruel, desde o século III a.C. quando o império romano a empregou como tática para punir e destruir seus inimigos e, principalmente, provocar terror e pânico na população. A Colômbia é um país acostumado a fenômenos de violência e sua história registra diversas guerras civis regionais e nacionais entre seus partidos políticos, o Conservador e o Liberal e, sem dúvida alguma, a última dessas guerras, a “Guerra dos Mil Dias”, marcou o país não só pela sua duração, nem pela perda do Panamá, mas principalmente pelas quase 100.000 vítimas. Além desses conflitos, o país enfrenta desde os meados da década de 1940 a violência de grupos organizados a partir de origens diversas, mas todos com um mesmo propósito: a deposição do governo instituído para se chegar ao poder por meio de todas as formas, inclusive da luta armada. A presente pesquisa irá estudar a história recente da política externa dos EUA na Colômbia, focando a atenção na implementação ideológica da “guerra ao terror”, por meio do Plano Colômbia. Serão abordados aspectos referentes ao conflito entre as Forças Armadas regulares e os grupos terroristas, antes e depois da implantação do Plano Colômbia, analisando as variantes referentes às diferenças entre as forças antagônicas, a intensidade das atividades terroristas e a produção e o fluxo de drogas ilícitas. O propósito da pesquisa será comparar essas variantes e responder se o Plano Colômbia é a solução definitiva para o fim dos grupos terroristas daquele país. Por fim, a pesquisa indicou a necessidade do estudo dentro do cenário brasileiro, particularmente no que se refere à preparação e ao aprestamento das Forças Armadas brasileiras.

Palavras-chave: Terrorismo. Colômbia. EUA. Tráfico de drogas. Violência.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	A COLÔMBIA DENTRO DA NOVA ORDEM MUNDIAL	7
2.1	O que é o Terrorismo?.....	7
2.2	A Colômbia e o Mundo.....	8
2.3	A Guerra ao Terror na Colômbia.....	9
2.4	Quem São Os Terroristas Colombianos?.....	10
2.4.1	As Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia.....	11
2.4.2	As Autodefesas Unidas da Colômbia.....	15
2.4.3	O Exército da Libertação Nacional.....	16
2.5	Conclusões parciais.....	17
3	A COLÔMBIA ANTES DO PLANO COLÔMBIA	19
3.1	Forças Armadas versus FARC.....	19
3.2	Conclusões parciais.....	21
4	O PLANO COLÔMBIA – SEUS OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS	22
4.1	Programas de Assistência Militar.....	22
4.2	Programas de Assistência não Militar.....	23
4.3	Conclusões parciais.....	24
5	A COLÔMBIA APÓS O PLANO COLÔMBIA	25
5.1	A Evolução das Forças Armadas Colombianas e suas Conquistas.....	25
5.2	Os Resultados do Plano Colômbia.....	27
5.3	Os Óbices do Plano Colômbia.....	28
5.4	Os Rumos do Plano Colômbia.....	29
5.5	Conclusões parciais.....	30
6	CONCLUSÃO	31
	REFERÊNCIAS	35
	ANEXO	

1 INTRODUÇÃO

O terrorismo não é uma novidade do nosso tempo e já faz parte da história da humanidade desde quando Sun Tzu, no século IV a.C., se refere ao terror como uma estratégia de guerra: “Mate 1 e amedronte 10000”. Na própria Bíblia podemos encontrar menção ao terror quando observamos a seguinte passagem no Apocalipse “quando os sete anjos tocavam as trombetas” o que significava a morte e destruição como uma vingança pelo comportamento abominável do homem.

Os especialistas do assunto não são unânimes na formulação de conceitos sobre o terrorismo em razão da diversidade dos propósitos a que almejam. Ações terroristas normalmente incluem assassinatos, sequestros e atentados à bomba. São consideradas estratégias políticas realizadas por grupos que não possuem capacidade suficiente para proceder a ataques abertos e podem ser executadas tanto em época de paz, quanto em conflitos. O objetivo principal do terrorismo é causar um estado de medo na população ou em grupos específicos da sociedade, a fim de forçar uma mudança em seu comportamento.

A presente pesquisa irá estudar a história recente da política externa dos EUA na Colômbia, focando a atenção na implementação prática e ideológica da “guerra ao terror”, por meio do Plano Colômbia, abordando os aspectos referentes ao conflito entre as Forças Armadas regulares e os grupos terroristas, antes e depois da implantação do Plano Colômbia, principalmente no período compreendido entre a década de 1990 e o ano de 2008, e os respectivos resultados. Para isso, o nosso propósito será o de responder a seguinte questão: Seria o Plano Colômbia a solução definitiva para o fim dos grupos terroristas daquele país?

Para respondermos à questão proposta, conduziremos uma pesquisa, em um período pré e pós Plano Colômbia, que confrontará as seguintes variáveis: as forças antagônicas, com foco em seus efetivos e capacidades de combate; a intensidade das atividades terroristas; e a produção e o fluxo de drogas ilícitas.

Buscaremos, dessa forma, as respostas para a questão da pesquisa por meio de estudos bibliográficos, de natureza qualitativa, em livros e trabalhos acadêmicos, que abordem a história e a evolução da situação política, econômica e social da Colômbia, na qual estão inseridas suas Forças Armadas e seus principais grupos terroristas.

A pesquisa será dividida em quatro capítulos de desenvolvimento. No segundo capítulo, serão apresentadas ao leitor algumas definições sobre o terrorismo; uma visão histórica e contemporânea da situação política, econômica e social da Colômbia; e seus principais grupos terroristas.

No terceiro capítulo, será abordada a reação da Colômbia diante das crises provocadas pelas forças emergentes, antes da implementação do Plano Colômbia; e as dificuldades enfrentadas por suas Forças Armadas diante do crescimento da violência.

No quarto capítulo, será estudada a contribuição do Plano Colômbia às Forças Armadas e à Polícia Nacional em seus esforços na “guerra contra o terror”, além dos programas não militares destinados aos setores social, econômico e de justiça.

No quinto capítulo, serão avaliados os resultados alcançados pelo Plano Colômbia; os óbices para sua implementação plena; e as expectativas sobre o futuro do país após a nacionalização dos respectivos programas.

Finalmente, apresentaremos as conclusões e indicaremos linhas de investigação futura, a fim de ampliar a pesquisa de outras variáveis que não foram abordadas no presente trabalho e a utilização em outros países que vivenciem cenários políticos, econômicos e sociais semelhantes. Indicaremos também a importância do assunto no campo da preparação e no aprestamento das Forças Armadas brasileiras.

Passaremos, a seguir, a investigar o Plano Colômbia e delimitar as três variáveis propostas, antes e depois da implementação do Plano Colômbia.

2 A COLÔMBIA DENTRO DA NOVA ORDEM MUNDIAL

Neste capítulo, desenvolveremos um breve estudo sobre o fenômeno do terrorismo e apresentaremos algumas definições. Em seguida, faremos uma análise histórica e contemporânea da situação política, econômica e social da Colômbia no contexto mundial e como o país se posiciona diante desse fenômeno. Por fim, apresentaremos os principais grupos terroristas que atuam na Colômbia, com ênfase em seus efetivos e respectivos *modus operandi*.

2.1 O que é o Terrorismo?

Na realidade nunca houve uma definição exata entre o que constitui revolução armada e o que é considerado terrorismo.

Nos Estados Unidos da América (EUA), o Código de Leis Criminais define o terrorismo como “uma violência criminosa com o propósito de intimidar e coagir a população civil, influir em políticas do governo por intimidações e coerções e afetar a conduta do governo por meio de assassinatos e sequestros” (WOLOSZYN, 2010, p.55).

O *Federal Bureau of Investigation* (FBI) propõe: “terrorismo é o uso ilegal da força ou violência, física e psicológica, contra pessoas e propriedades, com o propósito de intimidar ou coagir um governo, a população civil ou um segmento da sociedade, a fim de alcançar objetivos políticos ou sociais” (WOLOSZYN, 2010, p.55).

A Organização das Nações Unidas (ONU) considera o terrorismo como “um crime comum e não de natureza política, fato que não admite asilo, mas sim a extradição” (WOLOSZYN, 2010, p.53).

Em 1983, o Departamento de Estado dos EUA começou a usar a definição de terrorismo contida no título 22 do *United States Code*, seção 2656f (d), na qual o termo “terrorismo” significa: ação premeditada, politicamente motivada, perpetrada a violência

contra não combatente (LEECH, 2004).

2.2 A Colômbia e o Mundo

Os fenômenos bélicos e de violência na Colômbia ocorreram desde a sua independência, em 1819, e constituíram grande parte de sua história. No século XIX, foram aproximadamente vinte guerras civis regionais e nacionais entre o Partido Conservador e o Partido Liberal. A última, chamada “Guerra dos Mil Dias”, durou de 1899 a 1902, fez cerca de 100.000 vítimas em uma população de menos de 4 milhões de habitantes e terminou com a perda do Panamá. Em seguida houve uma calmaria, porém em 1946, quando do assassinato de Jorge Eliécer Gaitán¹, teve início uma nova e desumana guerra civil entre os dois partidos, que só terminaria por volta de 1962 e ficou conhecida como *La Violencia* (PÉCAUT, 2010).

O atual conflito entre as Forças Armadas e os grupos terroristas logo se interligou à *La Violencia*, cabendo destacar que esses confrontos políticos e sociais eram frequentemente sangrentos. A sucessão dessas guerras forjou uma profunda impressão no imaginário coletivo e muitos colombianos consideravam que a violência fazia parte de sua história e até de sua natureza (PÉCAUT, 2010).

O paradoxo é que no século XX, a Colômbia se distinguiu por uma excepcional estabilidade institucional, econômica e social. Os mesmos partidos políticos, o Liberal e o Conservador, nunca deixaram de enquadrar a maioria da população. As elites civis dominaram constantemente a política, prevalecendo uma concepção bastante nacionalista das instituições e nem precisaram temer a intervenção militar. Ocorreram duas mobilizações populistas em 1946 e 1970, porém a liberdade de expressão raramente foi suspensa. No plano

¹ (23/01/1898 – 9/04/1948) político e advogado colombiano, prefeito, ministro e candidato popular do Partido Liberal à Presidência da República para o período 1950-1954, com altas probabilidades de ser eleito nas eleições de 1949 devido a seu grande apoio popular, em particular da classe média e baixa. Seu assassinato em Bogotá provocou enormes protestos como *El Bogotazo*, e posteriormente, a *La Violencia* que se estendeu em boa parte do país. Disponível em: <<http://www.biografiasyvidas.com/biografia/g/gaitan.htm>>. Acesso em: 01 ago. 2015.

econômico, a Colômbia caracterizou-se por uma gestão ortodoxa e prudente, não passando pelo descontrole inflacionário dos países vizinhos. Na esfera social, não escapou de várias turbulências, mas estas não acarretaram conturbações importantes. Até mesmo a Guerra dos Mil Dias e *La Violencia* redundaram no fortalecimento do *status quo* político e social. Ou seja, ordem e violência, estabilidade e turbulências não se mostraram contraditórias, mas como duas faces de uma mesma história (PÉCAUT, 2010).

2.3 A Guerra ao Terror na Colômbia

Desde os ataques terroristas contra os EUA em 11 de setembro de 2001 (11/09), o governo Bush passou a utilizar a estratégia de combate às drogas como justificativa para a intervenção militar na Colômbia e os militares americanos vinham enfrentando críticas tanto nos EUA quanto na Colômbia. Para legitimar sua intervenção e o gasto de bilhões de dólares dos contribuintes no exterior, o governo americano utilizou a guerra de propaganda para criar na sociedade uma imagem de seus inimigos que corroborasse com seus temores e a argumentação deveria ser repetida clara e intensamente para causar revolta nessa sociedade (WOLOSZYN, 2010).

No caso da América Latina em geral, e da Colômbia em particular, a propaganda contra os “subversivos” ofuscava uma história complexa e muitas vezes contraditória da política externa dos EUA. Aqueles que um dia eram “comunistas” se tornaram “narcoguerrilheiros”, depois “terroristas”, e a qualquer momento, poderiam ser todos esses juntos se fosse conveniente aos poderes constituídos e alinhados com a política norte-americana. A importância prática da campanha ideológica foi evidenciada pela crescente resposta militar das administrações Bush e Uribe ao conflito armado na Colômbia, o que dificultava a busca de soluções alternativas para o conflito e tinha consequências devastadoras para os direitos humanos (LEECH, 2004).

A Segurança Democrática estabelecida pelo presidente Álvaro Uribe e sua Estratégia de Defesa concentrou-se nos chamados “terroristas de guerrilha”, que tinham como alvo as atividades terroristas, em particular os sequestros, e previa a proteção dos interesses comerciais nacionais e internacionais. As classes urbanas colombianas mais ricas continuavam se beneficiando desproporcionalmente com essa abordagem, enquanto que a população rural mais pobre do país continuava a ser submetida a massacres e deslocamentos forçados. Junto com a política de recrutamento militar colombiana, essa estratégia fez com que os colombianos mais pobres continuassem a suportar o peso dos custos da guerra (LEECH, 2004).

Não foram apenas os guerrilheiros de esquerda que se opuseram às políticas autoritárias do presidente Uribe, sua agenda de segurança democrática e economia neoliberal também foram criticadas por grupos da sociedade civil. Nesse contexto, Uribe garantiu ao Fundo Monetário Internacional conduzir políticas econômicas neoliberais com a Colômbia, o que garantiu às corporações de elite e transnacionais se beneficiarem tanto da ajuda dos EUA contra o terrorismo quanto, às vezes, diretamente do próprio terrorismo (LEECH, 2004).

A administração de Bush na guerra contra o terrorismo na Colômbia incluiu o emprego de Forças Especiais do Exército norte-americano na província de Arauca, para ajudar a proteger os interesses da *Los Angeles Occidental Petroleum*² (OXY). A importância estratégica de Arauca está em suas reservas de petróleo e, portanto, tornou-se o ponto fundamental da guerra contra o terror na Colômbia. A presença de tropas norte-americanas em Arauca também ilustrou algumas intenções da mudança de política do governo Bush de combate aos narcóticos para o combate ao narcoterrorismo (LEECH, 2004).

² É uma das maiores companhias americanas de produção e exploração de petróleo e gás, baseada em Los Angeles, com operações nos EUA, Oriente Médio e América do Sul. Disponível em: <<http://www.oxy.com/Pages/default.aspx>>. Acesso em: 07 ago. 2015.

2.4 Quem são os Terroristas Colombianos?

Neste subitem serão descritos os três principais grupos terroristas que atuam na Colômbia, com ênfase nas FARC, destacando suas atividades políticas, sociais, financeiras e, obviamente, terroristas.

O Departamento de Estado norte americano incluiu os três maiores grupos armados ilegais da Colômbia – as *Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia*³ (FARC), o *Ejército de Liberación Nacional*⁴ (ELN) e o *Autodefensas Unidas de Colombia*⁵ (AUC) em sua lista das *Foreign Terrorist Organizations*⁶ (FTO). Esse Departamento reconhecia que a organização paramilitar de direita, AUC, era a responsável pela maioria das violações de direitos humanos do país, entretanto, percebia-se nitidamente, que os dois grupos de esquerda, FARC e ELN, eram os seus principais alvos (LEECH, 2004).

2.4.1 As Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia

No ano de 1965, lideranças políticas colombianas ligadas a movimentos populares de orientação comunista, que haviam se deslocado para a zona rural em decorrência de conflitos com as forças do Governo, proclamaram o Plano Agrário de Guerrilha. Essas lideranças, um ano depois, sob o comando de Manuel Marulanda Velez⁷, deram origem às FARC. No período de 1960 a 1980, a guerrilha colombiana, por sua tendência esquerdista, recebia apoio dos blocos comunistas europeu, chinês e cubano (DPF, 2000).

As FARC nem sempre foram uma guerrilha dotada de verdadeira capacidade militar. Tão logo fundadas estiveram a ponto de ser destruídas. O Exército surpreendeu importante parte de suas tropas que o subcomandante Ciro Castaño decidira concentrar no

³ Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Tradução nossa).

⁴ Exército da Libertação Nacional (Tradução nossa).

⁵ Autodefesas Unidas da Colômbia (Tradução nossa).

⁶ Organizações Terroristas Estrangeiras (Tradução nossa).

⁷ Pedro Antonio Marin e Marin, (Génova, 1930 - Meta, 2008), codinome Tirofijo, fundador e chefe das FARC. Disponível em: <<http://www.biografiasyvidas.com/biografia/m/marulanda.htm>>. Acesso em: 31 jul. 2015.

departamento de Quindio, onde diferentemente de Tolima, a guerrilha não tinha tradição. Na ocasião as FARC perderam numerosos combatentes e 70% de suas armas. Segundo Manuel Marulanda, elas só se recuperariam desse revés em 1974 ao se reconstituírem a partir de suas bases situadas nos limites de Huila e Tolima (PÉCAUT, 2008).

Em 1978, seu efetivo era avaliado em 900 combatentes meio camponeses, meio guerrilheiros, munidos de armas rudimentares tomadas da polícia ou proveniente da época de *La Violencia*, o que significava que as FARC só poderiam ostentar resultados muito modestos. De resto, Manuel Marulanda enviava, em 1975, uma carta ao presidente Alfonso López na qual propunha a desmobilização das FARC em troca de certas medidas na esfera agrária, porém os militares dissuadiram o presidente de aceitar (PÉCAUT, 2008).

Seu objetivo principal era a tomada de poder, a partir do que eram orientadas todas as suas ações, principalmente atentados terroristas, causando pânico na população civil que, sem a proteção do Estado, sentia-se obrigada a se aliar ao movimento guerrilheiro (ZIBECHI, 2008).

Aliadas a grupos paramilitares, as FARC aproveitaram a oportunidade de poder atuar livremente na zona desmilitarizada⁸ para planejar seus ataques, treinar seu pessoal, guardar seu equipamento, aperfeiçoar suas táticas terroristas e estender seus domínios. Suas táticas incluíam o uso de bombas de botijões de gás caseiros contra delegacias de polícia, em cidades rurais, em bases e comboios militares e, apesar de imprecisos, esses artefatos, frequentemente, matavam soldados e civis inocentes (LEECH, 2004).

O potencial militar das FARC de fato era menor do que parecia. Não lhes faltavam metralhadoras *Kalashnikov* nem fuzis relativamente modernos. Em 1998, a Jordânia lhes forneceu 10 mil fuzis, porém sua artilharia dispunha apenas de morteiros “artesanais” e lançadores de botijões de explosivos. Hábeis no manejo de carros-bomba e outros artefatos

⁸ Em novembro de 1998, o presidente Andres Pastrana retirou todos os soldados e policiais de uma área do porte da Suíça, no sul da Colômbia, para ser utilizada como uma zona para a realização das conversações de paz com as FARC (LEECH, 2004).

semelhantes, não pareciam poder ou querer realizar atentados sofisticados. O único atentado de envergadura foi em 2003, no clube *El Nogal*, em Bogotá, ponto de encontro da elite colombiana, onde mais de 30 pessoas morreram e outras 100 ficaram feridas. Possuíam minas terrestres em abundância e as espalharam por seus territórios, fazendo inúmeras vítimas. Na verdade, tratava-se de um arsenal pobre e refletia uma atitude mais defensiva que ofensiva. Além disso, seus rádios transmissores eram da década de 1980 e não possuíam mísseis terra-ar, ou seja, eram incapazes de enfrentar ataques aéreos.

A partir da desarticulação da União Soviética, as FARC recorreram ao narcotráfico para financiar suas atividades e, segundo o governo da Colômbia, este financiamento era distribuído da seguinte forma:

- a) aproximadamente US\$1 bilhão anuais eram obtidos do narcotráfico;
- b) US\$600 milhões eram oriundos de extorsões e sequestros⁹;
- c) outra parte substancial vinha do chamado “*impuesto al gramaje*”, pago por cada grama de cocaína produzida por camponeses e traficantes; e
- d) o restante de sua renda era proveniente do roubo de gado dos latifundiários, assaltos a bancos, “imposto de guerra” para pessoas com patrimônio superior a US\$1 milhão, comércio ilícito, impostos sobre o comércio de produtos agrícolas, etc (ZIBECHI, 2008).

Apenas para exemplificar, um entreposto das FARC que atuava na compra e venda de cocaína chegava a movimentar 20 toneladas da droga, por mês (ZIBECHI, 2008).

A atuação política, social e econômica das FARC era especialmente visível em áreas remotas da Colômbia, onde, há décadas, os rebeldes atuavam como um “governo de fato”. Um exemplo de política de reforma agrária das FARC pode ser evidenciado no

⁹Um dos que receberam a maior atenção por parte da mídia foi o de Ingrid Betancourt Pulecio, senadora e ativista anticorrupção franco-colombiana. Foi sequestrada pelo grupo guerrilheiro FARC em 23 de Fevereiro de 2002 enquanto fazia campanha para as eleições presidenciais. Betancourt permaneceu em poder das FARC até o dia 2 de Julho de 2008, quando foi libertada, juntamente com outros quatorze reféns, numa operação do Exército colombiano. Disponível em: <<http://edition.cnn.com/2008/WORLD/americas/07/02/betancourt.colombia/index.html>> >. Acesso em: 31 jul. 2015.

departamento de Meta, um reduto da guerrilha de longa data no leste da Colômbia. Durante 2002 e 2003, as FARC dividiram dez grandes fazendas em propriedades menores, que foram redistribuídas aos pequenos agricultores (LEECH, 2004).

O “diretor de obras públicas” das FARC em Meta, Efraín Salazar, geria um orçamento anual de US\$1 milhão, cinco caminhões basculantes, seis escavadeiras e uma retroescavadeira, todos usados para construir estradas, pontes e outras obras de infraestrutura. Dessas obras construídas pelos rebeldes, uma ponte que passava sobre o rio Yarumales e custou US\$ 110.000 foi bombardeada pelos militares colombianos. Embora essas estradas e pontes forneçam algum benefício militar aos rebeldes, elas também facilitam a vida dos camponeses para transportar suas colheitas aos mercados. Salazar lamentou o bombardeio da Ponte de Yarumales em março de 2003: “Os militares dizem que isso é para nos impedir de armar nossos movimentos, mas temos tantas outras maneiras de fazê-lo e os únicos que realmente sofrem são os camponeses” (LEECH, 2004).

As FARC, que no início era um grupo de apenas 46 homens e 2 mulheres, em seu ápice, possuíam 60 frentes guerrilheiras divididas em 7 blocos, somando mais de 30.000 homens e mulheres, que controlavam 40% do território colombiano. O enviado especial da ONU para a Colômbia, James LeMoyne¹⁰, advertiu que “em um país onde a distribuição desigual de riqueza deixou 64% da população vivendo na pobreza, seria um erro pensar que os membros das FARC são apenas os traficantes de drogas e terroristas” (LEECH, 2004).

No entanto, apesar de sua atuação social, as FARC não pareciam ter mais o compromisso com a ideologia de uma abordagem social, preocupando-se na verdade com o controle militar sobre os recursos e o território. Uma das consequências dessa mudança era evidenciada por um aumento na sua segmentação junto à população civil por meio de

¹⁰ O Sr. LeMoyne, americano, conselheiro especial sobre Colômbia, antes de ingressar na ONU, era um correspondente internacional de política externa e analista especializado em conflitos e processos de paz na América Latina, Oriente Médio e África. Disponível em: <<http://www.un.org/press/en/2002/SGA823.doc.htm>>. Acesso em: 29 jul. 2015.

assassinatos seletivos, bombardeios e sequestros, táticas que foram condenadas por grupos de direitos humanos e pela Anistia Internacional (LEECH, 2004).

2.4.2 As Autodefesas Unidas da Colômbia

Na década de 1980, também foram criados grupos paramilitares formados por militares colombianos, traficantes de drogas e latifundiários ricos, financiados pelas elites econômicas, cartéis de drogas e outros, para combater as guerrilhas. Sua ideologia política era ferozmente anticomunista, enquanto suas táticas serviam para proteger e promover os interesses da elite econômica da Colômbia e corporações transnacionais.

Os paramilitares, que contaram cerca de 12.000 combatentes em 2002, atacavam qualquer pessoa que suspeitassem ser simpatizante da guerrilha, incluindo líderes camponeses, organizadores comunitários, sindicalistas, ativistas de direitos humanos e professores. Em 2003, a AUC começou as negociações de paz com o governo a fim de desmobilizar seus combatentes até o final de 2005. No entanto, várias facções dissidentes se recusaram a participar das negociações até que os guerrilheiros também concordassem em cessar as hostilidades. Ao longo dos anos, foram responsáveis pela maioria dos massacres e deslocamentos forçados, muitas vezes invadindo aldeias e assassinando camponeses, antes de expulsar toda a sua população (LEECH, 2004).

De acordo com o relatório da *Patterns of Global Terrorism*¹¹ divulgado em 2000, a AUC foi o principal violador dos direitos humanos na Colômbia, conduzindo 804

¹¹ Relatório publicado anualmente pelo Departamento de Estado americano, em que são apresentadas avaliações detalhadas ao Congresso sobre os seguintes tópicos:

- cada país estrangeiro em que atos de terrorismo internacional tenham ocorrido;
- as medidas que os países estrangeiros estão adotando para cooperar com os EUA na apreensão, condenação e punição de terroristas e na prevenção de novos atos de terrorismo; e
- as atividades de qualquer grupo terrorista conhecido por ser o responsável pelo sequestro e morte de algum cidadão americano. Disponível em: <<http://www.state.gov/s/ct/rls/pgtrpt/>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

assassinatos, 203 sequestros e 75 massacres¹² com 507 vítimas nos primeiros 10 meses daquele ano. Para que o quadro do terror seja completo, convêm somar os desaparecimentos, cujos principais autores são os paramilitares. Em 2008, haviam sido encontrados em valas comuns, cavadas por eles mesmos, mais de 1000 corpos e não era de se duvidar que isso fosse apenas o começo (PÉCAUT, 2008).

2.4.3 O Exército da Libertação Nacional

O ELN também foi formado em 1964, mas ao contrário das FARC, de base camponesa, seus fundadores eram intelectuais de classe média que tinham retornado recentemente de Cuba. O ELN foi influenciado pela teologia da libertação e também pela revolução socialista. Para a maior parte, o ELN não lucrava com o comércio de drogas. Ele próprio financiava as atividades do grupo, principalmente mediante sequestro e extorsão da indústria do petróleo no norte e no leste da Colômbia (LEECH, 2004).

Após o colapso da União Soviética, o ELN, assim como as FARC, enfatizara sua oposição à agenda econômica neoliberal que dominou o processo de globalização na década de 1990. Naquela época, ambos escalaram seus ataques contra empresas estrangeiras que operavam na Colômbia. Antonio García, Comandante do ELN declarou: “Qualquer projeto que mude a sociedade deve incluir a ideia de que precisamos de um modelo econômico que sirva às pessoas e à sociedade, e não o contrário” (PÉCAUT, 2010).

Em 2001, o ELN tinha 4.000 combatentes e estava lutando no campo de batalha contra o Exército colombiano e seus aliados paramilitares no norte da Colômbia, porém, em comparação com as FARC, era patente o contraste, visto que seu potencial militar foi reduzido cada vez mais a partir de 1998 (LEECH, 2004).

O testemunho de um jornalista que acompanhava o comandante do ELN no

¹² Definidos como o assassinato de três ou mais pessoas no mesmo lugar, ao mesmo tempo e pela mesma razão. Disponível em: <<http://www.massviolence.org/Massacre>>. Acesso em: 01 ago. 2015.

Departamento de Arauca ilustra exatamente o papel do ELN como um governo, de fato, nesta região rural negligenciada pelo Estado:

“Nós dirigimos por mais de duas horas, parando em muitas cidades pequenas. As pessoas se aproximavam do carro e conversavam com o comandante, pedindo favores em troca de informações. Vi que o governo tinha uma tarefa difícil pela frente. Para conquistar essas áreas de controle rebelde, ele também teria que ganhar a confiança das pessoas que vivem aqui e nunca tiveram qualquer contato com a polícia ou com os militares, que não têm fé no governo e sempre tiveram que contar com a ajuda dos rebeldes para se virar” (PÉCAUT, 2010).

Por outro lado, as FARC e o ELN são os principais responsáveis pela maioria dos sequestros cometidos por grupos armados, assim como bombardeios, assassinatos seletivos e alguns massacres. Não detendo uma máquina militar que se compare à das FARC e não tendo hipótese no confronto direto com as forças do Governo, o ELN dedica-se principalmente à sabotagem de infraestruturas da indústria petrolífera e da rede elétrica (PÉCAUT, 2010).

2.5 Conclusões Parciais

Neste capítulo, realizamos um breve estudo sobre o fenômeno do terrorismo e vimos algumas de suas definições. Analisamos a situação política, econômica e social da Colômbia no contexto mundial e como o país se posicionou diante desse fenômeno e, por fim, apresentamos os principais grupos terroristas que atuam na Colômbia, com ênfase em seus efetivos e respectivos *modus operandi*.

Por meio desta pesquisa podemos constatar que a violência no país já ocorria desde o século XIX e que sobreviveu a conflitos cuja denominação é baseada em sua duração “Guerra dos 1000 Dias” e se combina proporcionalmente ao número de vítimas – cerca de 100.000. Mesmo assim, apesar da sensação e do verdadeiro estado de violência que há tempos assolava o país, ele se fortaleceu política e socialmente.

Em relação à “Guerra ao Terror”, observamos que a Colômbia se alinhou aos EUA na busca por apoio e soluções para um problema mundialmente complexo, de várias facetas e

que requeria diferentes abordagens. Os EUA, por sua vez, demonstravam um nítido interesse na província de Arauca, e suas reservas de petróleo.

Sobre os principais grupos terroristas atuantes na Colômbia, constatamos o crescimento de seus efetivos, e o conseqüente aumento de suas atividades, suas origens e respectivos *modus operandi*, diferentes entre si. Verificamos também as cifras bilionárias que eles movimentavam a partir de todo o tipo de atividade criminosa e sua atuação política e social paradoxal, pois ao mesmo tempo em que promoviam certo bem estar social (com pequenas reformas agrárias e obras de infraestrutura), também violavam os direitos humanos e cometiam atrocidades contra a população, principalmente contra os menos favorecidos.

Estudaremos a seguir situação política e econômica da Colômbia antes da implementação do respectivo Plano, com um breve histórico, seguido de uma análise da reação do país e das dificuldades encontradas pelas Forças Armadas.

3 A COLÔMBIA ANTES DO PLANO COLÔMBIA

Neste capítulo faremos uma análise da situação política, econômica e militar da Colômbia antes da implementação do respectivo Plano, bem como da reação do país e das dificuldades encontradas pelas Forças Armadas diante das crises geradas pelas forças emergentes.

Durante décadas, a Colômbia foi uma das democracias mais estáveis e bem-sucedidas economias da América Latina. No entanto, ao final da década de 1990, entrou em um período de crise prolongada, devido às forças emergentes que financiavam, cada vez mais, suas atividades criminosas por meio de lucros oriundos das drogas. Esses grupos, aos poucos, foram assumindo o controle das áreas de plantio de coca e papoula, conforme a figura 1, comprometendo o crescimento do país por meio da violência e abusos dos direitos humanos, afetando cada um dos 32 departamentos da Colômbia, conforme a figura 2 (GAO, 2008)¹³.

3.1 Forças Armadas versus FARC

Naquela época não seria exagero falar em despreparo das Forças Armadas para conter as organizações terroristas, pois a tradição civilista da Colômbia contribuiu para que os políticos não se preocupassem com questões de segurança, sem sequer saber diferenciar as funções policiais das funções militares. Entretanto, por volta de 1992 teve início uma mudança de atitude com a nomeação de Rafael Pardo, o primeiro civil a frente do Ministério da Defesa (PÉCAUT, 2010).

As carências do Exército, em todos os setores, continuavam latentes. Até 1994 a parcela do orçamento destinado às Forças Armadas não chegava a 3% do PIB - uma das

¹³ Relatório de 2008 do *Government Accountability Office* (GAO) – Escritório de Prestação de Contas do Governo dos Estados Unidos (Tradução nossa), ao Excelentíssimo Sr Joseph R. Biden Jr., Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado dos EUA. Disponível em: <www.gao.gov/new.items>. Acesso em: 01 jun. 2015.

menores na América Latina – principalmente para um país que enfrentava tamanha violência. O Estado possuía poucos helicópteros (no máximo 30) além de inadequados ao novo tipo de conflito. As tropas eram compostas por soldados de origem humilde, enquanto as classes mais favorecidas fugiam do serviço militar. Os soldados não recebiam treinamento de combate, eram mantidos em péssimas condições e sofriam maus tratos constantemente. Os oficiais, em geral, eram burocratas, desmotivados e indispostos a assumir quaisquer riscos que pudessem prejudicar suas promoções (PÉCAUT, 2010).

A coordenação entre as diferentes armas era extremamente deficiente assim como a capacidade de informação. Os casos de corrupção e de violação dos direitos humanos eram frequentes. Dessa forma, durante o governo de Ernesto Samper¹⁴ (1994-1998), os EUA chegaram a avaliar se deveriam apostar na Polícia Nacional e não no Exército e exigir a dissolução da unidade de inteligência, envolta em todos os tipos de abusos (PÉCAUT, 2010).

Como as Forças Armadas e a Polícia Nacional foram incapazes de responder à força esses grupos terroristas, os níveis de assassinato, sequestro, extorsão e tráfico de drogas cresceram exponencialmente. De acordo com o Departamento de Estado norte-americano, nos sete anos anteriores ao Plano Colômbia, o cultivo de coca aumentou em mais de 300% e o da papoula do ópio aumentou em 75% (GAO, 2008).

Os índices de homicídio atingiram 40 por 100 mil habitantes em 1980 e em 1991, ocorreu uma disparada atingindo o recorde internacional com cerca de 90 homicídios por 100 mil sendo que em Medellín este índice chegou a 400 por 100 mil (PÉCAUT, 2008).

Apesar das adversidades enfrentadas pelo Exército, alguns grupos menos expressivos demonstravam disposição em depor as armas, porém o ELN e as FARC prosseguiram na luta armada. No entanto, em 1991, no dia da eleição da Assembleia

¹⁴ Durante a campanha eleitoral, Samper foi acusado por seu adversário, Andres Pastrana, de receber US\$ 3,7 milhões do cartel de Cali para financiar sua campanha. Disponível em: <http://www.cidob.org/biografias_lideres_politicos/america_del_sur/colombia/ernesto_samper_pizano>. Acesso em: 07 ago. 2015.

Constituinte das FARC, o Exército atacou a sede fixa do secretariado no município de Uribe, em Meta. Nenhum dirigente da organização foi capturado nem morto, mas a operação obrigou o secretariado a renunciar ao sedentarismo e a se adaptar a vida de guerrilha (PÉCAUT, 2008).

As FARC não demoraram a reagir a esse ataque contra Uribe e empreenderam ações de sabotagem e fustigação, durante mais de seis meses, deixando claro que a fase da autodefesa fazia parte do passado. Elas conseguiram intervir em quase todo o território. Em 1993, procederam à reorganização de sua estrutura militar, destinada à realização de operações militares capazes de aniquilar as forças armadas. O objetivo final – a tomada do poder – continuava o mesmo de 1982, porém formulado de modo mais concreto, traduzindo-se na formação de um governo de reconstrução e reconciliação nacional (PÉCAUT, 2008).

3.2 Conclusões Parciais

Neste capítulo, analisamos a situação política e econômica da Colômbia antes da implementação do respectivo plano, e constatamos que as ações dos grupos terroristas fizeram com que o país entrasse em crise. Com a degradação das Forças Armadas, as atividades criminosas se intensificaram, permitindo que as FARC acreditassem estar mais perto de seu objetivo final – a tomada do poder. Por outro lado, podemos verificar que, mesmo diante do estado de abandono em que se encontravam, as Forças Armadas infligiram um duro golpe nas FARC, justamente em seu reduto – Meta, onde elas acreditavam estar imunes.

No capítulo seguinte estudaremos as políticas e estratégias do Plano Colômbia e como seus programas beneficiaram as Forças Armadas, a Polícia Nacional e a população de uma forma geral.

4 O PLANO COLÔMBIA – SEUS OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS

Neste capítulo veremos quais os objetivos do Plano Colômbia, como seus programas foram divididos, como os respectivos recursos foram distribuídos e os óbices encontrados para a implementação e avaliação de seus resultados.

Os EUA prestavam assistência à Colômbia desde o início da década de 1970 para ajudar as Forças Armadas, a Polícia Nacional e outras agências da lei, em seus esforços na redução das atividades relacionadas ao narcotráfico. Porém, mesmo com essa ajuda, a Colômbia, no final de 1990, ainda era o principal produtor de cocaína do mundo (GAO, 2008).

Anunciado pelo presidente colombiano, Andres Pastrana, em outubro de 1999, o Plano Colômbia fora projetado para combater a crise das drogas e de insegurança do país por meio de um abrangente programa dividido, basicamente, em apoio à assistência militar e à assistência não militar, com duração prevista para 6 anos e um financiamento estimado de US\$7,5 bilhões. Além disso, o Plano Colômbia possuía três objetivos básicos: reduzir em 50% o cultivo, o processamento e a distribuição de drogas ilícitas; melhorar os índices de segurança na Colômbia recuperando o controle de áreas dominadas por terroristas; promover a justiça social e econômica; e promover o Estado de direito (GAO, 2008).

4.1 Programas de Assistência Militar

Sob a orientação geral e a direção do *White House Office of National Drug Control Policy*¹⁵ (ONDCP), os Departamentos de Estado e de Defesa supervisionavam as assistências prestadas às Forças Armadas, destinadas ao combate ao narcotráfico e ao terrorismo, com o objetivo de melhorar os índices de segurança do país (GAO, 2008).

¹⁵ Escritório de Política Nacional de Controle de Drogas da Casa Branca (Tradução nossa) - estabelece políticas, prioridades e objetivos para o programa nacional de controle de drogas (GAO, 2008).

US\$5.225.000.000 – Este é o valor que os EUA forneceram às Forças Armadas e à Polícia Nacional colombiana desde 2000. A isso se somaria a aplicação de impostos especiais, estipulados pelo governo de Uribe, aos setores de maior rendimento econômico para equipar as Forças Armadas, merecendo destaque para:

- a) os programas de interdição da Marinha e dos Fuzileiros Navais destinados à apreensão de drogas transportadas pelas águas costeiras e rios da Colômbia;
- b) o financiamento para a Unidade de Comando da Polícia dedicada a antinarcóticos e objetivos de contraterrorismo;
- c) os programas de interdição de aeroportos;
- d) a criação das Esquadras de Polícia Rurais Móveis;
- e) grandes programas destinados à aviação do Exército, da Força Aérea e da Polícia Nacional colombiana;
- f) os programas de erradicação das plantações de coca e papoula; e
- g) o fornecimento de equipamentos, treinamento e serviços relacionados à Brigada de Aviação do Exército e outras unidades móveis dedicadas ao combate ao narcotráfico e operações de contraterrorismo (GAO, 2008).

4.2 Programas de Assistência não Militar

Os Departamentos de Estado, de Justiça e a *U.S. Agency for International Development*¹⁶ (USAID) forneceram, desde o ano 2000, quase US\$1,3 bilhão para diversos programas nos setores social, econômico e de justiça, merecendo destacar os seguintes:

- a) programas de apoio ao desenvolvimento alternativo;
- b) criação e expansão de oportunidades econômicas legais;
- c) ajuda às pessoas deslocadas internamente;

¹⁶ Agência dos EUA para o Desenvolvimento Internacional. (Tradução nossa).

- d) desmobilização dos grupos armados e reintegração de ex-guerrilheiros;
- e) reparações às vítimas;
- f) expansão do acesso aos programas de direitos humanos; e
- g) reforma judicial (GAO, 2008).

Todos esses programas e ações tinham como objetivo contribuir para a melhoria da segurança e o bem estar do país, porém ainda era necessária uma nova iniciativa colombiana para coordenar estratégias militares e civis em áreas ainda não beneficiadas (GAO, 2008).

4.3 Conclusões Parciais

Neste capítulo constatamos, por meio de nossa pesquisa, que apesar de os EUA já prestarem assistência à Colômbia desde a década de 1970, vinte anos depois, a Colômbia ainda era o principal produtor de cocaína do mundo, ou seja, tratava-se de um problema extremamente complexo e que carecia de diversas outras formas de apoio, além do financeiro.

Verificamos também que, conscientes da necessidade de criação de um apoio múltiplo e diversificado, os governos dos EUA e da Colômbia criaram o Plano Colômbia, o qual fora projetado para combater os grupos que promoviam a violência e a desestabilização do país. Um financiamento superior a US\$6 bilhões permitiu um avanço significativo às Forças Armadas contribuindo para a melhoria do estado de segurança do país.

A maior parte da assistência não militar destinou-se aos programas de desenvolvimento alternativo, a fim de permitir que milhões de colombianos deslocados pela violência encontrassem oportunidades econômicas legais em substituição às atividades relacionadas ao narcotráfico contribuindo para a melhoria do bem estar social. Paralelamente, o Departamento de Justiça e a USAID também ajudaram a melhorar o seu Estado de Direito.

No próximo capítulo, apresentaremos a situação da Colômbia após a

implementação do Plano Colômbia.

5 A COLÔMBIA APÓS O PLANO COLÔMBIA

Neste capítulo, apresentaremos os avanços das Forças Armadas, os resultados alcançados por meio de ações militares e as conseqüentes perdas para as forças insurgentes, após o Plano Colômbia, e os óbices encontrados para sua plena implementação. Ao final, avaliaremos se, de fato, os objetivos do Plano Colômbia foram conquistados e quais as expectativas sobre o futuro do país após a nacionalização dos programas em andamento.

Desde o ano 2000, os EUA forneceram à Colômbia mais de US\$ 6 bilhões em assistência militar e não militar, porém devido a cortes no orçamento em 2008, o Departamento de Estado e outras agências dos EUA aceleraram seus esforços de nacionalização, com foco em programas de desenvolvimento social e da aviação das Forças Armadas e da Polícia Nacional.

Os Departamentos de Estado, de Defesa, de Justiça e a USAID, tinham as suas próprias abordagens para a nacionalização, com diferentes prazos e objetivos, porém não foram coordenados para potencializar os ganhos com a máxima eficiência. E apesar dos avanços, muitos colombianos ainda careciam de oportunidades econômicas legais em substituição ao comércio de drogas ilícitas (GAO, 2008).

Paralelamente, o Departamento de Justiça e a USAID também ajudaram a melhorar o Estado de Direito na Colômbia. Entretanto, o progresso ainda era difícil pela capacidade limitada das autoridades judiciais de enfrentar o grande número de crimes e pela falta de transportes para investigar crimes em locais remotos e inseguros (GAO, 2008).

5.1 A Evolução das Forças Armadas Colombianas e Suas Conquistas

Neste subitem avaliaremos o impacto positivo que a ajuda fornecida por meio do Plano Colômbia proporcionou diretamente às Forças Armadas e à Polícia Nacional do país.

Em 2004, a revista militar brasileira *Military Power Review* elaborou um ranking

das forças armadas sul-americanas incluindo todas as variáveis: desde a quantidade de efetivos e a qualidade dos equipamentos até os planos de defesa e a projeção estratégica. A análise estabeleceu uma pontuação para cada nação de acordo com seu poderio militar. Em primeiro lugar aparecia o Brasil com 653 pontos; em segundo lugar o Peru com 423 pontos, Argentina com 419 e Chile com 387. Em seguida, estavam Colômbia com 314, Venezuela com 282 e Equador com 254 pontos. Naquele momento, a diferença a favor das forças armadas do Brasil era considerável, enquanto era seguido por dois grupos de países relativamente emparelhados entre si (www.militarypower.com.br/frame4-ranking.htm).

Em 2007, a mesma revista divulgou dados sobre os efetivos das diferentes forças armadas em cada país com cifras de 2006. Os dados dos exércitos mostram que a Colômbia, com 178.000 soldados, se situou em segundo lugar no continente, muito próxima ao Brasil, com 190.000 soldados. Em poucos anos, o poderio militar da Colômbia escalou posições em forma geométrica. Nesse mesmo ano o exército da França tinha 137.000 soldados e o de Israel 125.000. Em 2008, os efetivos terrestres da Colômbia já eram de 210.000, superando dessa forma o Brasil que tem uma população 4 vezes maior e 7 vezes a superfície do território colombiano. O gasto militar da Colômbia é o maior do continente: 6,5% do PIB, muito acima do gasto dos EUA (4%), dos países da OTAN (2%) e do resto da América do Sul (1,5 a 2%) (www.militarypower.com.br/frame4-ranking.htm).

Se observarmos a progressão das Forças Armadas da Colômbia, seu crescimento é impressionante. Em 1946, quando teve início *La Violencia* havia 10.000 militares. Em 1974 já eram 50.675 para subir até 85.900 em 1984, no período em que começaram as negociações de paz para a desmobilização de várias organizações armadas. Para 1994 havia 120.000 efetivos que se elevaram a 160.000 nas primeiras fases do Plano Colômbia. Atualmente, as três armas das Forças Armadas colombianas têm 270.000 uniformizados aos quais se somam 142.000 policiais. No total, mais de 400.000 pessoas em armas, em sete divisões, com uma Força de

Deslocamento Rápido e um Grupamento de Forças Especiais Antiterroristas. A relação de efetivos é de 6x1 com a Venezuela e de 11x1 com o Equador. Porém, a grande diferença é que se trata de tropas treinadas em combate de selva e, principalmente, contam com o respaldo logístico de Washington (DELGADO; ROMERO, 2007).

Em pouquíssimos anos, o Plano Colômbia produziu na América do Sul uma virada espetacular do poderio militar. Só em 2007 o Exército colombiano criou 52 novas unidades, recebeu dos EUA helicópteros de transporte e ataque *Black Hawk*, comprou 13 aviões de caça de Israel e 25 aviões de combate Super Tucano do Brasil. Além disso, adquiriu armamento leve, óculos infravermelhos, lanchas rápidas, aviões de inteligência, sistemas de controle radar para se contrapor ao tráfico aéreo ilícito. Tudo isso sob a “justificativa” de combate ao narcotráfico e às organizações terroristas (CALLE, 2008).

5.2 Os Resultados do Plano Colômbia

Neste subitem, baseado em dados apresentados anteriormente, veremos como todo o apoio fornecido pelos EUA traduziu-se em uma melhora significativa para a segurança do país, contribuindo para que ações militares sistemáticas contra os grupos terroristas provocassem a degradação de suas finanças e o enfraquecimento de suas capacidades operacionais. Para tanto, apresentaremos os resultados alcançados entre 2000 e 2007:

- a) os números de assassinatos e sequestros foram reduzidos em pelo menos 1/3;
- b) os ataques aos oleodutos foram reduzidos praticamente à zero;
- c) a produção de cocaína diminuiu cerca de 25% (de 700t em 2001 para 535t em 2007);
- d) houve uma redução estimada em 50% dos combatentes das FARC;
- e) as Esquadras de Polícia Rurais Móveis ajudaram a estabelecer uma presença do governo em 169 municípios;

- f) erradicação das plantações de coca e papoula em mais de um milhão de hectares;
- g) destruição de centenas de laboratórios de cloridrato de cocaína;
- h) reforma do setor de justiça;
- i) captura ou morte de diversos líderes de grupos armados ilegais e milhares de combatentes;
- j) apreensão de milhares de toneladas de cocaína e heroína; e
- k) ajuda às pessoas expulsas de suas terras pelas FARC.

Cabe destacar que todos esses resultados positivos para as Forças Armadas provocaram resultados extremamente negativos às organizações terroristas.

5.3 Os Óbices ao Plano Colômbia

Neste subitem apresentaremos os óbices encontrados que dificultaram a plena implementação do Plano Colômbia, tendo em vista que alguns esforços mostraram-se lentos na consecução de seus objetivos, enquanto outros eram difíceis de avaliar sua evolução (GAO, 2008). Dentre esses óbices, destacam-se:

- a) apesar da maior parcela da assistência não militar ser destinada ao desenvolvimento alternativo, este não era fornecido na maioria das áreas onde a coca era cultivada, conforme a figura 3;
- b) muitos colombianos ainda careciam de oportunidades econômicas legais em substituição ao comércio de drogas ilícitas;
- c) a reintegração à sociedade e as reparações às vítimas mostraram-se lentas;
- d) a capacidade das autoridades judiciais de enfrentar o grande número de crimes era limitada;
- e) a falta de transportes para investigar crimes em locais remotos e inseguros; e

f) a USAID não avaliava como tais programas se relacionavam com seus objetivos estratégicos que indicassem se o programa poderia funcionar sem o apoio dos EUA.

5.4 Os Rumos do Plano Colômbia

No início de 2005, o Congresso dos EUA determinou ao Secretário de Estado que desenvolvesse uma estratégia plurianual para orientar o prosseguimento da assistência ao Plano Colômbia, na qual fosse incluída uma explicação detalhada de como o Departamento de Estado, outros departamentos e demais agências envolvidas planejavam nacionalizar ou transferir as operações do programa e as responsabilidades de financiamento para o governo da Colômbia (GAO, 2008).

Em resposta, o Departamento de Estado emitiu, em março de 2006, um relatório ao Congresso informando a necessidade de continuidade e sustentabilidade dos programas de assistência militar e não militar na Colômbia, a curto e médio prazo, seguido de reduções à medida que a nacionalização ocorresse (GAO, 2008).

Em janeiro de 2007, o governo colombiano emitiu um relatório de acompanhamento de 6 anos (2007-2013) sobre a estratégia do *Plan Colombia Consolidation Phase*¹⁷ (PCCP), que inclui a continuação de muitas das estratégias e programas já iniciados com o Plano Colômbia (GAO, 2008).

Em abril de 2007, foi incluída uma proposta para um financiamento adicional de US\$ 4 bilhões em assistência ao PCCP, na qual se previa uma redução gradual da assistência ao Exército e à Polícia Nacional, e um aumento em financiamento aos programas de assistência não militar até 2013 (GAO, 2008).

De acordo com o Departamento de Estado, em 2008, o Congresso reduziu os valores destinados aos programas militares e policiais colombianos (em especial, os

¹⁷ Fase de Consolidação do Plano Colômbia (Tradução nossa).

programas de aviação) em cerca de US\$ 170 milhões, enquanto o aumento aos programas não militares (desenvolvimento alternativo) ultrapassou US\$ 85 milhões, com a expectativa de que essa mudança proporcionasse grandes reduções das plantações de coca (GAO, 2008).

5.5 Conclusões Parciais

Neste capítulo, constatamos que o Congresso americano ratificou a necessidade de continuação dos programas de assistência à Colômbia, a curto e médio prazo, seguido de reduções à medida que a nacionalização desses programas ocorresse. Observamos que a assistência dos EUA aumentou consideravelmente a capacidade operacional das Forças Armadas e da Polícia Nacional colombiana cabendo destacar: a redução dos assassinatos, sequestros e ataques aos oleodutos; a apreensão de centenas de toneladas de drogas; a redução da produção de heroína e cocaína; a redução dos combatentes das FARC estimada em 50%; e o aumento da presença do governo em áreas mais distantes.

Ressaltamos que, além da política de Estado e das respectivas ações militares, o recrutamento de menores à força e o massacre de camponeses e grupos indígenas por parte das FARC poderiam contribuir para a queda de sua credibilidade e sua provável desaparecimento.

Notavelmente, os avanços em termos de materiais e equipamentos impressionavam, porém treinamento e assistência na área de inteligência concorreram decisivamente para profissionalizar as Forças Armadas e a Polícia Nacional da Colômbia, contribuindo para todas essas conquistas. Veremos, a seguir, as conclusões da pesquisa.

6 CONCLUSÃO

Por meio da presente pesquisa realizamos um breve estudo da história contemporânea da Colômbia, abordando seus aspectos políticos, econômicos e sociais, suas crises, os conflitos entre as Forças Armadas regulares e os principais grupos terroristas atuantes no país. Realizamos também uma análise da política externa dos EUA na Colômbia, por meio da implementação do Plano Colômbia e as diversas mudanças advindas desse plano.

Com base nos três objetivos básicos do Plano Colômbia, alinhamos nossa abordagem principal e estudamos as variantes propostas nos períodos pré e pós Plano Colômbia (1990-2008). E esperamos, como resultado final deste trabalho, responder a questão: Seria o Plano Colômbia a solução definitiva para o fim do terrorismo naquele país?

No segundo capítulo deste trabalho, desenvolvemos um breve estudo sobre o fenômeno do terrorismo e constatamos que não há uma definição única em função das motivações distintas de cada grupo. Também analisamos a situação histórica e contemporânea da política econômica e social da Colômbia no contexto mundial e como o país se posicionou diante das ações dos grupos terroristas que atuavam na Colômbia.

Por meio desta pesquisa, constatamos que a violência no país ocorre desde o século XIX e que, apesar da sensação e do verdadeiro estado de violência que há tempos assola o país, ele se fortaleceu política e socialmente.

Em relação à “Guerra ao Terror”, observamos que a Colômbia se alinhou aos EUA em busca de apoio para esse problema mundial e que os três principais grupos terroristas ativos no país (FARC, ELN e AUC) conseguiram, ao longo dos anos, aumentar seus efetivos e conseqüentemente intensificar suas atividades. Fruto de todo o tipo de atividade criminosa, esses grupos movimentavam cifras bilionárias e sua atuação política e social perante a sociedade mostrava-se um tanto quanto controversa. Ao mesmo tempo em que promoviam certo bem estar social (pequenas reformas agrárias e obras de infraestrutura), também

violavam os direitos humanos e cometiam atrocidades contra a população, principalmente os menos favorecidos.

No terceiro capítulo, analisamos a situação política e econômica da Colômbia antes da implementação do respectivo plano e constatamos que as ações dos grupos terroristas contribuíram para que o país entrasse em crise. As Forças Armadas experimentaram o abandono por parte das elites e do governo e sofreram com a degradação de seus recursos materiais e com a falta de militares profissionais e comprometidos.

Diante deste cenário, as atividades terroristas se intensificaram. O cultivo de coca aumentou em mais de 300%, enquanto Medellín amargava um triste recorde internacional, o índice de homicídios atingira espantosos 400 por 100 mil habitantes. Tudo isso fez com que as FARC acreditassem que definitivamente conquistariam seu objetivo final – a tomada do poder. Porém não esperavam que, mesmo enfraquecidas, as Forças Armadas seriam capazes de infligir-lhes um duro golpe, justamente em Meta, onde elas pensavam que estariam imunes.

No quarto capítulo constatamos que apesar de os EUA já prestarem assistência à Colômbia desde a década de 1970, vinte anos depois, a Colômbia ainda era o principal produtor de cocaína do mundo. Ou seja, encontravam-se diante de um problema extremamente complexo e que carecia de diversas outras formas de apoio, além do financeiro.

Verificamos também que a criação do Plano Colômbia permitiu um avanço significativo das Forças Armadas e contribuiu para a segurança do país, porém a assistência não militar era essencial para que a carência social de milhões de colombianos deslocados pela violência fosse suprida por oportunidades legais em substituição às atividades relacionadas ao narcotráfico. Paralelamente, o Departamento de Justiça e a USAID também contribuíram para a melhora do Estado de Direito e do bem estar social do país.

No quinto capítulo, observamos que após seis anos desde a criação do Plano

Colômbia, o Congresso americano ratificou a necessidade de continuação dos seus programas de assistência, a curto e médio prazo, porém estabeleceu que essas assistências deveriam ser reduzidas à medida que os programas fossem nacionalizados.

Sem dúvida alguma, a assistência dos EUA aumentou consideravelmente a capacidade operacional das Forças Armadas e da Polícia Nacional colombiana, tanto em termos de material, quanto em termos de pessoal, transformando-os em uma tropa profissional. Portanto, o que significou “ganho” para os militares, traduziu-se em “perdas” para os criminosos, provocando a redução de suas atividades e de seus efetivos.

Os avanços militares e as demais ações jurídicas, econômicas e sociais concorreram para todas essas conquistas. Entretanto, essas medidas, por si só, não explicariam o estado de isolamento em que as FARC se encontravam. Grande parte desse isolamento era reflexo das denúncias em relação ao recrutamento de menores, o massacre de camponeses, e testemunhos de reféns e prisioneiros torturados. Essas violações dos Direitos Humanos contribuiu para a queda de sua credibilidade e sua provável desaparecimento.

Entretanto, apesar de todos esses esforços conjuntos, a Colômbia continuava a ser a fonte de cerca de 90% da cocaína que entrava nos EUA; as FARC e outros grupos ilegais, ainda que em menor proporção, permaneciam ativos em todos os segmentos do narconegócio.

E finalmente...

Seria o Plano Colômbia a solução definitiva para o fim do terrorismo no país?

Baseado nas informações obtidas ao longo desta pesquisa e comparando cada uma das variantes propostas, podemos demonstrar que:

1 - Em relação às diferenças entre as forças antagônicas.

A capacidade operacional das Forças Armadas e da Polícia Nacional aumentou consideravelmente, transformando seu Exército em um dos mais bem preparados da América do Sul, as organizações terroristas tiveram seus efetivos substancialmente reduzidos, líderes

foram capturados e milhares de combatentes foram mortos.

2 - Em relação à intensidade das atividades terroristas.

Em função do avanço profissional e do aumento da presença e das ações das militares, as organizações terroristas sofreram grandes perdas e conseqüentemente reduziram a intensidade de suas atividades.

3 - Em relação à produção e o fluxo de drogas ilícitas:

Apesar dos programas para a erradicação das plantações alcançarem mais de um milhão de hectares, os níveis de cultivo de coca haviam aumentado desde o início do Plano Colômbia em função das contramedidas tomadas pelos produtores.

Portanto, concluímos que a ajuda do Plano Colômbia foi fundamental para todas essas conquistas, porém não se trata da solução definitiva à questão do terrorismo no país. Todas essas conquistas só serão definitivas quando esses grupos ilegais não puderem mais ameaçar a estabilidade do país. E isso só será possível quando todos os setores da sociedade estiverem efetivamente engajados nesta guerra. Uma guerra em que o inimigo se esconde, se camufla, troca de nome e, pior que tudo, muitas vezes não tem uma identidade definida.

Por fim, indicamos a importância do entendimento das variantes estudadas e sugerimos que as Forças Armadas brasileiras mantenham seus militares adestrados e seus meios prontos para serem empregados em conflitos dessa natureza.

REFERÊNCIAS

- CALLE, Fabián. *La crisis Venezuela-Colombia: las capacidades militares que esconden las palabras*, www.nuevamyoria.com, 2008.
- DELGADO, José Fernando Isaza e ROMERO, Diógenes Campos. *Algunas consideraciones cuantitativas sobre la evolución del conflicto en Colombia*, Bogotá, 2007.
- DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, Relatório da Análise de Conjuntura n.01/00. Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – FARC. Brasília: Coordenação de Inteligência, DPF. 2000. REDAÇÃO TERRA, As Guerrilhas que Dominam a Colômbia. www.terra.com.br/noticias/especial, 2002.
- FRANÇA, Júnia Lessa *et al.* *Manual para normalização de publicações técnico-científicas*. 8. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2007. 255 p. (Coleção Aprender).
- JORNAL PÁGINA 12, *Uribe listo para ir a la guerra*, 2008.
- LEECH, Garry. *The War on Terror*. Nova Iorque: Columbia Journal, 2004.
- MILITARY POWER, www.militarypower.com.br/frame4-ranking.htm, 2004
- NEWSWEEK, www.newsweek.com/id/54793, 2004.
- PÉCAUT, Daniel. *As FARC – Uma guerra sem fins?* São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- WOLOSZYN, André Luís. *Terrorismo Global*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 2010.
- ZIBECHI, Raúl. Os frutos do Plano Colômbia. Política Internacional do 9º Semanário Brecha de Uruguay, 2008.

ANEXO (3)



Figura 1: Regiões de Cultivo da Coca.



Figura 2: Mapa dos departamentos da Colômbia.

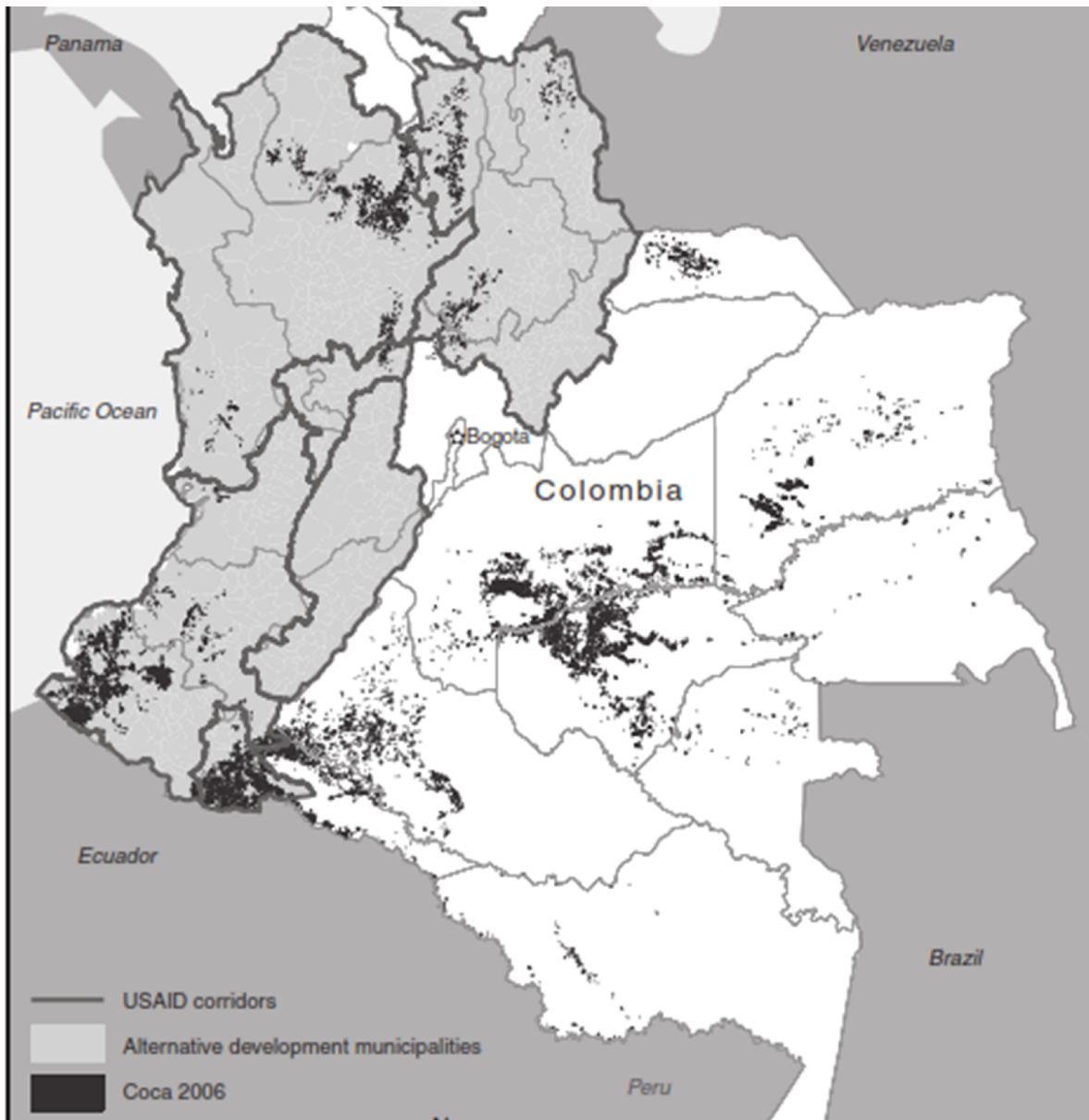


Figura 3: Projetos de Desenvolvimento Alternativo na Colômbia.